



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 15 AO CONTRATO TRE-RO N. 027/2017.**

**TERMO ADITIVO N. 15 AO CONTRATO TRE-RO N. 027/2017  
(EVENTO [0254602](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO  
N. [0002397-77.2017.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 027/2017**

**DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRE-RO E A EMPRESA FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO COMPLETO DE ENGENHARIA EM PLATAFORMA BIM, PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E DO NOVO FÓRUM ELEITORAL DA CAPITAL.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado seu Presidente, **Desembargador PAULO KIYOCHI MORI**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \*\*\*2600/SSP-SP e do CPF \*\*\*.734.148-\*\*, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 01.693.698/0001-30, com sede na Sia Sul, Quadra 4-C, Bloco D, Loja 37, CEP: 71.200-049, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 2103-9555 e (61) 99558-6123, E-mail(s): [contratos.licit@foxengenharia.com.br](mailto:contratos.licit@foxengenharia.com.br) e [fox@foxengenharia.com.br](mailto:fox@foxengenharia.com.br), neste ato representada por seu preposto, Senhor **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG \*\*\*4.295/SSP-DF e do CPF \*\*\*.414.946-\*\*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Autorização constante na Decisão n. 47/2023-GABDG (evento [1047260](#)), celebram o presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo tem por objeto **registrar os acréscimos de serviços** ao contrato **no percentual total de 9,561%** (nove inteiros e quinhentos e sessenta e um milésimos por cento), nos seguintes termos:

I) **Acréscimo** contratual **no percentual de 4,206%** (quatro inteiros e duzentos e seis milésimos por cento) sobre o valor atualizado do Contrato n. 027/2017 (Evento [0254602](#)), correspondente ao valor de **R\$ 87.500,00** (oitenta e sete mil e quinhentos reais), em face de ajustes dos projetos de engenharia e do orçamento da obra da nova Sede do TRE-RO, conforme detalhado na Manifestação 2/2023/ COMISSÕES/CGE (evento [1039395](#)); e

II) **Acréscimo** contratual **no percentual de 5,355%** (cinco inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento) sobre o valor atualizado do Contrato n. 027/2017 (Evento [0254602](#)), correspondente ao valor de **R\$ 111.384,00** (cento e onze mil trezentos e oitenta e quatro reais), em razão da necessidade de alteração do projeto de elétrica da edificação da nova Sede do TRE-RO (pleito de aditivo ocorrido em 2019), conforme detalhado na Manifestação 2/2023/ COMISSÕES/CGE (evento [1039395](#)).

**Subcláusula única** – O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO VALOR**

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor total deste Termo Aditivo é de **R\$ 198.884,00** (cento e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais),

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correspondente ao acréscimo contratual de 9,561% indicado na Cláusula anterior, conforme a seguir detalhado:

<b>VALOR ATUAL DO CONTRATO</b>	<b>R\$ 2.080.000,00</b>
<b>VALOR DO 1º ACRÉSCIMO (A+B+C)</b>	<b>R\$ 87.500,00</b>
<b>A - REVISÃO DO PROJETO DE CANTEIRO DE OBRA EM 06 (SEIS) LOTES</b> <b>PRAZO DE EXECUÇÃO: 30/08/2023</b>	
1. Sede / 2. Fórum / 3. Auditório / 4. Garagem / 5. Depósito / 6. Terraplanagem, drenagem, pavimentação até a sub base sem revestimento	<b>R\$ 17.231,25</b>
<b>B - REVISÃO DO ORÇAMENTO</b> <b>PRAZO DE EXECUÇÃO: 30/08/2023</b>	
1. Atualização dos preços das fontes oficiais e Revisão dos valores na cotações com INCC com fórmulas para facilitar futura atualização	<b>R\$ 34.680,00</b>
2. Separação do orçamento em 06 (seis) lotes	
3. Criação de 06 (seis) cronogramas separados para cada obra	<b>R\$ 23.120,00</b>
<b>TOTAL B</b>	<b>R\$ 57.800,00</b>
<b>C - IMPOSTOS</b>	
Total dos impostos (C)	<b>R\$ 12.468,75</b>
<b>VALOR DO 2º ACRÉSCIMO</b>	<b>R\$ 111.384,00</b>
Serviços ocorridos no ano de 2019: alteração do projeto de elétrica da edificação da nova sede do TRE-RO e dos percentuais de interferência nos projetos existentes	<b>R\$ 111.384,00</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>VALOR TOTAL DOS DOIS (2) ACRÉSCIMOS</b>	<b>198.884,00</b>
<b>Percentual de acréscimo ao contrato pelos dois acréscimos</b>	<b>9,561%</b>
<b>Valor atualizado do contrato</b>	<b>2.278.884,00</b>
<b>Valor atualizado para fins de acréscimo e supressões</b>	<b>2.080.000,00</b>

Fonte: Manifestação 2/2023 - COMISSÕES/CGEP (evento [1039395](#) do Processo SEI respectivo).

**Subcláusula Primeira** - As despesas com a execução do presente Termo Aditivo serão suportadas com o Orçamento Ordinário da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa 44.90.51, consoante Nota de Empenho n. 2023NE000390, de 17/08/2023 (evento [1049895](#)).

**Subcláusula Segunda** - O valor total deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário), é de R\$ 2.080.000,00 (dois milhões e oitenta mil reais).

**DA GARANTIA**

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **Administração da CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, complementação de valor e atualização de vigência da garantia contratual apresentada anteriormente, observadas todas as condições, prazos, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sétima do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consistente na renovação da garantia representada pela Apólice e atualizada pelo endosso



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivos, considerando o acréscimo contratual indicado na Cláusula Primeira deste Termo Aditivo.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

(Artigo 65 da Lei 8.666/1993)

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, e nas **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**, item V e **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 027/2017 (evento [0254602](#)).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário que não tenham sido alteradas pelos termos aditivos e pelas apostilas posteriores, e o presente Termo Aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato em referência, como se nele estivesse transcrito.

**DA PUBLICAÇÃO**

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento que, após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho/RO, 18 de agosto de 2023.

<b>Desembargador PAULO KIYOCHI MORI</b> Pelo Contratante	<b>FRANCISCO DE ASSIS VARGAS</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: ***.604.772-** Testemunha	Tatiana Silva de Souza CPF: ***.338.202-** Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 15 AO CONTRATO TRE-RO N.  
27/2017****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos termos  
aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993)</b>
Contrato n. 27/2017 (assinado em 29/12/2017) – Volume IV do PA (evento n. <a href="#">0254602</a> ).  Vigência de 325 dias corridos, a contar de 29/12/2017.  Valor: R\$ 2.080.000,00  Garantia: 5% desse valor, com renovação a cada prorrogação.	R\$ 2.080.000,00	-
1º Termo Aditivo (assinado	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>em 03/10/2018) – Volume VI do PA (evento n. <a href="#">0341353</a>):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 76 dias corridos (a contar de 20/11/2018, e data final em 03/02/2019), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 76 dias corridos (a contar de 06/10/2018, e data final 20/12/2018), sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>2º Termo Aditivo (assinado em 10/01/2019) – Volume VIII do PA (evento n. <a href="#">0382506</a>):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 04/02/2019 e data final em 02/08/2019), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 21/12/2018 e data final em 18/06/2019), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>3º Termo Aditivo (assinado em 18/06/2019) – Volume IX do PA (evento n. <a href="#">0425533</a>):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 03/08/2019 e data final em 30/12/2019), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

execução por mais 150 dias corridos (a contar de 19/06/2019 e data final em 15/11/2019), sem ônus para o Contratante.		
4º Termo Aditivo (assinado em 16/12/2019) – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0482209</a> ): a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 150 dias corridos (a contar de 31/12/2019 e data final em 28/05/2020), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogar o prazo de execução por mais 150 dias corridos (a contar de 16/11/2019 e data final em 13/04/2020), sem ônus para o Contratante.	-	-
5º Termo Aditivo (assinado em 09/04/2020) – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0523088</a> ): a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 29/05/2020 e data final em 24/11/2020), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 14/04/2020 e data final em 10/10/2020), sem ônus para o Contratante.	-	-
6º Termo Aditivo (assinado em 24/11/2020) – Volume XVI do PA (evento n. <a href="#">0614039</a> ):	-	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 25/11/2020 e data final em 23/05/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar de 11/10/2020 e data final em 08/04/2021), sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>7º Termo Aditivo (assinado em 24/05/2021) – Volume XVIII do PA (evento n. <a href="#">0691473</a>):</p> <p>a) Prorrogar o prazo de vigência por mais 90 dias corridos (a contar de 24/05/2021 e data final em 21/08/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogar o prazo de execução por mais 90 dias corridos (a contar de 09/04/2021 e data final em 07/07/2021), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>8º Termo Aditivo (assinado em 20/08/2021) – Volume XXI do PA (evento n. <a href="#">0728446</a>)</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 131 (cento e trinta e um) dias corridos, a contar de 22/08/2021 e data final em 30/12/2021, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n.</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27/2017, por mais 146 (cento e quarenta e seis) dias corridos, a contar de 08/07/2021 e data final em 30/11/2021, sem ônus para o Contratante.		
<p>9º Termo Aditivo (assinado em 30/12/2021) – Volume XXIII do PA (evento n. <a href="#">0776178</a>)</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 31/12/2021 e data final em 13/02/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar de 01/12/2021 e data final em 14/01/2022, sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>10º Termo Aditivo (assinado em 14/02/2022) – Volume XXIV do PA (evento n. <a href="#">0790689</a>)</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 75 (setenta e cinco) dias corridos, a contar de 14/02/2022 e data final em 29/04/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 75 (setenta e cinco) dias</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

corridos, a contar de 15/01/2022 e data final em 30/03/2022, sem ônus para o Contratante.		
<p>11º Termo Aditivo (assinado em 29/04/2022) – Volume XXVI do PA (evento n. <a href="#">0821446</a>)</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 112 (cento e doze) dias corridos, a contar de 30/04/2022 e data final em 19/08/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 91 (noventa e um) dias corridos, a contar de 31/03/2022 e data final em 29/06/2022, sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>12º Termo Aditivo (assinado em 19/08/2022) – Volume XXVII do PA (evento n. <a href="#">0881346</a>).</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 132 (cento e trinta e dois) dias, a contar de 20/08/2022: 30/12/2022, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II – Prorrogar o prazo de execução do Contrato n. 27/2017, por mais 123 (cento e vinte e três) dias, a contar de 30/06/2022: 31/10/2022, sem ônus para o Contratante.</p>	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>13º Termo Aditivo (assinado em 29/12/2022) – Volume XXX do PA (evento n. <a href="#">0962933</a>).</p> <p>I – Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 180 (cento e oitentas) dias, a contar de 31/12/2022 e data final em 28/06/2023, sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>14º Termo Aditivo (assinado em 28/06/2023) – Volume XXXII do PA (evento n. <a href="#">1026545</a>).</p> <p>I– Prorrogação excepcional do prazo de vigência do Contrato n. 27/2017, por mais 240 (cento e oitentas) dias, a contar de 29/06/2023 e data final em 23/02/2024, sem ônus para o Contratante; e</p> <p>II - Inclusão de cláusula sobre a LGPD.</p>	-	-
<p>15º Termo Aditivo (assinado em 08/2023) – Volume XXXIII do PA (evento n. <a href="#">1049948</a>).</p> <p>I - Registrar o acréscimo contratual no percentual de 9,561% do valor atualizado do Contrato n. 027/2017, correspondente ao valor de R\$ 198.884,00.</p> <p>Garantia: 5% do valor acrescido (mais renovação da vigência total)</p>	198.884,00	+ 9,561%

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 2.080.000,00
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/1993 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	+ 9,561%



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 18/08/2023, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DE ASSIS VARGAS, Usuário Externo**, em 21/08/2023, às 11:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 21/08/2023, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Silva de Souza, Auxiliar Administrativo(a)**, em 21/08/2023, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1049948** e o código CRC **65A3B6CD**.

0002397-77.2017.6.22.8000

1049948v2



### **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002397-77.2017.6.22.8000

INTERESSADO: DIRETORIA-GERAL /CFEP/CGEP/ASSENTE

ASSUNTO: Minuta de Termo Aditivo - Acréscimo de Serviços - Objeto: Projeto de Engenharia em plataforma BIM para a nova sede do TRE-RO – Análise.

## **PARECER JURÍDICO Nº 170 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

### **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, levou-se a cabo a contratação da sociedade empresária **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, para a prestação de serviços de engenharia consistente na elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede do Tribunal Regional de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato Administrativo n. 027/2017 ([0254602](#)).

**02.** Nessa esteira, o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO), através do Edital de Concorrência n. 1/2023 lançou o certame a fim contratar pessoa jurídica especializada em engenharia para a execução de obras, **consistentes na construção do novo Edifício Sede, Fórum Eleitoral da Capital e anexos**, no entanto, o certame restou **deserto**, consoante publicação do resultado da referida concorrência constante no evento ([1001124](#)).

**03.** Instada a se manifestar sobre os motivos que ensejaram a falta de êxito na atração de competidores no Edital de Concorrência n.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1/2023 que restou **deserto**, a unidade técnica de engenharia identificou junto ao mercado, conforme **Manifestação nº 13/2023/ASSENGE (1002946)**, as possíveis causas da licitação restar infrutífera, a seguir:

### **EM FUNÇÃO DO EXPOSTO, PODEMOS APONTAR QUE:**

- a) O valor da obra associada às exigências técnicas causou um desestímulo às empresas com possibilidade de participar do certame;
- b) Segundo os licitantes, há um vazio de interesse em obras, cujo o valor situa-se entre 50 e 300 milhões de reais;
- c) Os aspectos técnicos de quantitativos e valores apontados foram irrelevantes dentro de todo o contexto da obra, pois em sua maioria acatou os esclarecimentos técnicos feitos pela engenharia do TRE-RO;
- d) Os pontos mais relevantes e mencionado por todas foram as exigências de acervos e atestados técnicos, pois a maioria não tinha como atender a todos os requisitos simultaneamente.

Considerando o apontamento feito pela Assessoria Jurídica, podemos mencionar que se buscou atender aos requisitos técnicos estabelecidas pelos órgãos de controle na sua forma mais completa possível, com a finalidade de buscar empresas com a melhor capacidade técnica e experiência comprovada para a execução da obra, haja vista o nível de informações contidas nos projetos executivos, de forma a atender interesse público, desprovido de informações relativas ao mercado da indústria da construção civil, o que viemos a nos deparar após o processo licitatório.

Observando-se que as interessadas na licitação realizaram poucas indagações sobre a qualidade dos projetos, especificações e planilhas orçamentárias, pois em suas exposições demonstraram que as informações técnicas contidas no edital estavam compatíveis.

Desta forma entendemos a necessidade de flexibilizar as exigências para o edital em relação aos acervos técnicos e, por consequência, aumentar o nível de controle e monitoramento da obra por meio da contratação de empresa de apoio a fiscalização, pois um dos pontos mais mencionados pelas empresas foi a exigências de acervo técnico em execução em BIM, além do acervo técnico que comprove a experiência em volume de obra realizada nos moldes do objeto a ser contratado.

A sugestão desta engenharia seria a divisão da obra em 02 (duas) etapas, a primeira etapa teria como objeto a preparação do canteiro de obras, sem vínculos com etapas seguintes, ou seja, **a execução de terraplenagem, drenagem e pavimentação** e, como segunda etapa, **a execução dos elementos construtivos seguintes**, ou seja, as infraestruturas das edificações até sua entrega efetiva da obra.

O objetivo de desmembrar em 02 (duas) etapas, conforme sugestão acima, tem-se como finalidade dar início a obra com etapa de serviço que sofre influência das intempéries e que no período de estiagem é mais adequado e de menor custo a sua execução, bem como se trata de serviços de menor complexidade e que não tem interrelação com as etapas seguintes e, ainda sem a necessidade de exigir acervo técnico de grandes obras, podendo ser de menor vulto, desta forma possibilitando a ampliação da competitividade e tornando mais atrativa a participação de maior número de empresas, mantendo-se as características técnicas para uma boa execução.

Tal opção se confirma em função de existência de inúmeras empresas do que atuam no ramo de terraplenagem, drenagem e pavimentação no Estado de Rondônia e fora



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dele; registrando-se que os serviços mencionados apresentam menor complexidade do que as obras de edificação, etapa a posteriori, permitindo testes e ensaios que poderão evitar problemas de garantia nos serviços subseqüentes em especial quanto a fundações.

Estimamos a primeira etapa na ordem de R\$ 9.809.167,42 (nove milhões, oitocentos e nove mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos), sendo que segunda etapa teríamos um tempo melhor para as devidas readequações para possibilitar a melhor fiscalização, controle e monitoramento da execução até sua finalização.

**04.** Deste modo, após sugestão da unidade técnica de engenharia para **divisão da obra em 02 (duas) etapas**, sendo o objeto da primeira os serviços necessários à preparação do canteiro de obras e na segunda a execução dos demais elementos construtivos, o parcelamento da obra foi adotado nos termos da Decisão nº 27, de 22/05/2023 ([1011973](#)), da lavra do Excelentíssimo senhor Presidente do TRE-RO. Tanto é assim que o Estudo Técnico Preliminar juntado no evento ([1003890](#)) - conquanto tenha apenas reproduzido as mesmas justificativas para a obra completa da nova sede deste Tribunal, descritos no ETP original, evento ([0944040](#)) - apontam essa nova solução para a demanda da Administração, veja-se:

### **6. ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

**6.1. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (art. 7º, II, IN 40/20):**

#### **6.1.1. SOLUÇÃO:**

Considerando que o último certame restou DESERTO, conforme **RELATÓRIO Nº 22/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (1000374) da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2023 (0988007)**, bem como a **MANIFESTAÇÃO Nº 13/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE (1002946)**, na qual a unidade técnica buscou identificar, conforme orientação constante no **PARECER JURÍDICO Nº 3 / 2023 - COMISSÕES/CEPJ (1000490)**, junto ao mercado e representantes da categoria as possíveis causas do desinteresse do mercado em participar do referido processo, diante disso, foi constatado alguns apontamentos tanto no mercado quando de representantes da construção civil, consoante destacados abaixo:

(...)

**05.** Desta forma, já seguindo a estratégia de parcelamento para construção da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e Fórum Eleitoral da capital, foi publicado o edital de Concorrência n. 02/2023 ([1015752](#)) visando à contratação de pessoa jurídica especializada para executar serviços de engenharia consistentes em terraplanagem, drenagem e pavimentação no terreno.

**06.** Nesse diapasão, conforme se verifica nos autos do processo nº ([0002281-95.2022.6.22.8000](#)), após a aplicação da estratégia de parcelamento da obra, a licitação da execução da terraplenagem, drenagem





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e pavimentação ocorreu de forma satisfatória, com 5 (cinco) licitantes interessados e 4 (quatro) propostas aptas.

**07.** Assim, por meio da manifestação n. 2/2023 ([1037412](#)), a Comissão de Fiscalização, considerando o êxito na atração de licitantes no edital de Concorrência n. 02/2023 ([1015752](#)), entendeu necessária a realização de ajustes nos projetos da nova sede do TRE-RO e do Fórum Eleitoral de Porto Velho celebrados por meio do contrato **TRE-RO n. 027/2017** ([0254602](#)), para que o projeto elaborado pela FOX Engenharia fosse atualizado de acordo com moldes em que o mercado atual está atuando e assim obtenha sucesso na construção das edificações.

**08. A vigência inicial** do referido contrato supracitado foi de **325 dias**, contados a partir de 29/12/2017, e seu **prazo de execução de 275 dias** a partir de 03/01/2018 – data da emissão da nota de empenho. Após prorrogações contratuais, o Termo Aditivo de n. 14º prorrogou a vigência do Contrato n. 27/2017 ([0254602](#)), por mais 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, contados a partir de 29/06/2023, com prazo final em 23/02/2024, sem ônus para o Contratante.

**09.** Ainda por meio da manifestação n. 2/2023 ([1037412](#)), a Comissão de Fiscalização relatou, inclusive, a necessidade de aditivar o contrato celebrado **TRE-RO n. 027/2017** ([0254602](#)), com a finalidade de acrescer os serviços de ajustes dos projetos de engenharia e do orçamento da obra da Nova sede do TRE-RO e do Fórum Eleitoral de Porto Velho, sendo entendida como medida imprescindível pela comissão à contratação parcelada da obra (art. 23, § 1º da Lei nº 8.666/93). A referida comissão sugere também a retomada da tramitação do pedido de aditivo em razão de alterações nos projetos elétricos, dada a existência de orçamento no exercício de 2023 para o custeio desses serviços, para os quais há manifestação favorável da Comissão de Fiscalização e de Gestão do contato.

**10.** Dando continuidade ao procedimento, os autos foram remetidos, a CGEP para manifestação quanto à sugestão de retomada da tramitação do pedido de aditivo em razão de alterações nos projetos elétricos, dada a existência de orçamento no exercício de 2023 para o custeio desses serviços, para os quais há manifestação favorável da Comissão de Fiscalização e de Gestão do contato.

**11.** Em seguida, a Comissão de Comissão de Gestão dos Projetos (CGEP) ([1039395](#)) manifestou-se, em síntese, nos seguintes termos:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **CONCLUSÃO**

**23. Pelo exposto**, esta Comissão de Gestão acolhe integralmente a Manifestação CFEP n. 2/2023 ([1037412](#)) e manifesta-se nos seguintes termos:

**I** - Pela possibilidade do acréscimo de **R\$ 87.500,00** (oitenta e sete mil e quinhentos reais) para possibilitar a execução dos serviços de ajustes dos projetos de engenharia e do orçamento da obra da nova sede do TRE-RO, do Fórum Eleitoral de Porto Velho e Anexos, medida classificada como imprescindível à contratação parcelada da obra (art. 23, § 1º da Lei nº 8.666/93), com fundamento legal no **§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93** reproduzido nas CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA, item V e CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 027/2017 em relação à obrigação de a contratada aceitar acréscimos e supressões decididos de forma amigável ou unilateral, observados os limites definidos pela referida Lei;

Registra-se ainda que, como o aditivo, caso autorizado pela Administração, será celebrado em um contrato cujo objeto não foi recebido integralmente de forma definitiva. Assim, quando do recebimento dos serviços que se pretende acrescer, deverá a Comissão de Fiscalização manifestar-se sobre seu eventual caráter autônomo em relação aos demais serviços, situação que, se confirmada, possibilitará o pagamento destacado apenas dos serviços aditados.

**II** - Diante da informação da existência de dotação orçamentária para o custeio da despesa e na forma da manifestação da Comissão de Fiscalização, das diversas manifestações deste Coletivo de Gestão, de parecer jurídico já produzido no processo sobre o pleito e até deliberação superior, todas identificadas nesta manifestação e todas no sentido do reconhecimento das justificativas e legalidade para o acréscimo, apenas não efetivado pela ausência de disponibilidade orçamentária, **pela possibilidade de celebração do termo aditivo** para registrar o acréscimo de serviços ocorrido no ano de 2019, em razão de alteração do projeto de elétrica da edificação da nova sede do TRE-RO e dos percentuais de interferência nos projetos existentes, no valor de **R\$ 111.384,00** (cento e onze mil trezentos e oitenta e quatro reais), com fundamento legal no **art. 65, I, "b" e seu § 1º da Lei nº 8.666/93** reproduzido nas CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA, item V e CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 027/2017 em relação à obrigação de a contratada aceitar acréscimos e supressões decididos de forma amigável ou unilateral, observados os limites definidos pela referida Lei.

Registra-se ainda que, como o aditivo, caso autorizado pela Administração, será celebrado em um contrato cujo objeto está em execução e até a presente data não foi recebido integralmente de forma definitiva, os serviços efetivamente já foram acrescidos e passaram a integrar o objeto alterado do contrato, embora sem o devido aditivo. Assim, embora o contrato possa ser atualizado com o valor desses serviços - de fato já executados - entende-se que o pagamento dos serviços acrescidos somente poderão ser autorizados após o recebimento definitivo de todos os projetos, já que neles estão integrados, salvo entendimento divergente da Comissão de Fiscalização.

**12.** Recebido os autos na SAOFC, de acordo com o Despacho n. 1639/2023 – GABSAOFC ([1040219](#)), o Secretário, considerando as manifestações da **CFEP e CGEP relatadas**, determinou o envio do processo à **COFC**, para manifestação acerca da utilização de dotação orçamentária informada pela Comissão de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fiscalização, conforme Item de Despesa do Planejamento: Obra de construção da nova sede do Tribunal Regional Eleitoral de RO, para o suporte das despesas com os acréscimos pretendidos, nos termos previstos no subitem II referente ao item 25 da supracitada manifestação, à **SECONT**, para elaboração da minuta de termo aditivo, na forma proposta pela Comissão de Fiscalização, e, por fim, à **AJSAOFC**, para análise e emissão de parecer jurídico.

**13.** Em atendimento ao despacho supracitado do SAOFC, a COFC juntou a seguinte informação ao processo ([1040318](#)):

**Ref.** Despacho 1636 ([1040219](#))

Informa-se que o objeto do Contrato 27/2017 ([0254602](#)) é suportado pela ação orçamentária 159L - Construção do Edifício Sede do TRE-RO, que conta com disponibilidade de R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) para o presente exercício financeiro.

Assim, havendo sobra nas disponibilidades comprometidas com a contratação da obra da nova sede, há possibilidade de destinação ao aditamento contratual objeto da Manifestação 2 ([1039395](#)).

**14.** Ato contínuo, o SAOFC em substituição remeteu o feito novamente à COFC para ajuste da programação orçamentária ([0980154](#)) ao respectivo valor estimado da parcela da obra em contratação e o consequente uso da disponibilidade gerada na ação orçamentária 159L na programação orçamentária da despesa a ser gerada pelo pretenso aditivo da FOX Engenharia, na importância de **R\$ 198.884,00 (cento e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais)**.

**15.** Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LR, a programação orçamentária foi juntada ao processo informando que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([1040758](#)).

**16.** Por fim, a SECONT trouxe ao processo a minuta do Termo Aditivo n.15 ao Contrato TRE -RO n.027/2017 ([0254602](#)) juntada no evento ([1041228](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica.

**É o breve e necessário relato.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**17.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0002397-77.2017.6.22.8000) até a presente data.

**18.** Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**19.** O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

**20.** A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

**21.** De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

### **III – ANÁLISE JURÍDICA**

**3.1 - Do acréscimo de serviços ao objeto do contrato originário - Ajustes dos projetos de engenharia e do orçamento da obra:**

**22.** A prerrogativa de alteração unilateral do contrato, ora em análise, encontra previsão expressa no art. 65 da Lei n. 8.666/93, de forma literal:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as **devidas justificativas**, nos seguintes casos:

I - **unilateralmente** pela Administração:

(...)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) quando **necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo** ou diminuição **quantitativa** de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica **obrigado** a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os **acrécimos** ou supressões que se fizerem nas obras, **serviços** ou compras, **até 25%** (vinte e cinco por cento) do **valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos. (Sem grifo no original)

**23.** Conforme manifestação da Comissão de Fiscalização, por meio de sua explanação juntada no evento ([1037412](#)), o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa possibilitar a execução dos serviços de ajustes dos projetos de engenharia e do orçamento da obra da nova sede do TRE-RO, do Fórum Eleitoral de Porto Velho e Anexos, medida classificada como imprescindível à contratação parcelada da obra (art. 23, § 1º da Lei nº 8.666/93), com fundamento legal no **§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93** reproduzido nas Cláusula Décima Segunda, item v e Cláusula Décima Quinta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 027/2017, em relação à obrigação de a contratada aceitar acréscimos e supressões decididos de forma amigável ou unilateral, observados os limites definidos pela referida Lei.

**24.** Frise-se, conforme já explicitado no relatório deste parecer, que a modelagem sob o prisma do parcelamento para a contratação da obra foi reconhecida no âmbito desta Administração após o levantamento das condições reais do mercado especializado de engenharia no momento atual do País, fatos registrados pela unidade técnica de engenharia deste Tribunal na Manifestação nº 13/2023 ([1002946](#)), bem como por meio da deflagração de certame licitatório, na modalidade de concorrência pública, que tem como objeto a execução de serviços da parcela de terraplanagem, drenagem e pavimentação. Tal competição deflagrada por meio do edital concorrência n. 2/2023 ([1015752](#)), inclusive, já apontou o licitante vencedor, estando atualmente em fase de prazo recursal dessa decisão ([1037527](#)).

**25.** Constata-se ainda que o valor orçado pela contratada para a execução dos serviços pretendidos, encontra-se em patamar inferior ao limite de 25% do valor atualizado do contrato, conforme demonstrado na planilha inserta no item 24 da manifestação n.2/2023 CGEP ([1039395](#)) e na minuta e aditivo proposta ([1041228](#)). Por sua vez, a Comissão de Fiscalização registrou que analisou o valor proposto pela contratada e concluiu que está compatível com a proposta inicial. Justificou que, quando comparado com o item relativo ao Orçamento de Obra Pública da proposta



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

original, evento ([0252101](#)), de 15/12/2017, verificou que os valores agora propostos são iguais, mesmo transcorrido mais de 06 (seis) anos da proposta inicial. Quanto ao item da revisão do projeto de canteiro de obras, esclareceu que se trata de ajuste em função da nova concepção de execução por lotes. Assim, afirmou que os preços estão compatíveis ao valor do contrato, dimensionados em consonância com a necessidade do acréscimo e com os preços contratados. Essa informação prestada pela Comissão de Fiscalização cumpre de forma suficiente a exigência contida na orientação jurisprudencial do TCU, no sentido da necessária manutenção das condições da proposta em aditivos supervenientes. De forma exemplificativa, cita-se o **Acórdão 2714/2015-Plenário**:

### ***ENUNCIADO***

*Ao ser promovida a celebração de aditivos contratuais, com a inclusão de novos serviços ou acréscimos de quantitativos de itens previstos na planilha orçamentária da obra, deverão ser observados os preços praticados no mercado, bem como mantido o desconto inicialmente ofertado pela licitante vencedora, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e evitar a prática irregular do "jogo de planilha" (arts. 14, 15 e 17, §§ 1º e 2º, do Decreto 7.983/2013).*

**26.** Nesse sentido, ressaltando-se os aspectos afetos à discricionariedade administrativa e de ordem técnica relacionada à engenharia, sobre o qual a Comissão de Fiscalização já avaliou como necessário e imprescindível para a continuidade do processo de contratação das obras na modelagem parcelada ([1037412](#)), também acolhida integralmente pela Comissão de Gestão ([1039395](#)), tem-se que a pretensão do acréscimo encontra-se devidamente motivada - **elemento exigido pelo TCU, conforme Acórdão nº 2032/2009 - Plenário**, veja-se:

### ***ENUNCIADO***

*Na celebração de termos aditivos, as eventuais alterações contratuais devem ser precedidas de procedimento administrativo no qual fique adequadamente consignada a motivação das alterações tidas por necessárias, que devem ser embasadas em pareceres e estudos técnicos pertinentes, bem como deve restar caracterizada a natureza superveniente, em relação ao momento da licitação, dos fatos ensejadores das alterações.*

**27.** Registra-se ainda que há expressa previsão legal no **art. 65, I, "b" e seu § 1º da Lei nº 8.666/93** reproduzida nas Cláusula Décima Segunda, item v e Cláusula Décima Quinta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 027/2017, em relação à obrigação de a contratada aceitar acréscimos e supressões decididos de forma amigável ou unilateral, observados os limites definidos pela referida Lei. Veja-se:

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – São obrigações da CONTRATADA:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total desta contratação, na forma do artigo 65, § 1º e § 2º, da Lei 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme § 2º, caput e inciso II, do mesmo diploma legal, observado o que segue:

V.1) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

....

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

(...)

**28.** Registre-se ainda que, como o aditivo, se autorizado pela Administração, será celebrado em um contrato cujo objeto não foi recebido integralmente de forma definitiva, quando do recebimento dos serviços que se pretende acrescer, deverá a Comissão de Fiscalização manifestar-se sobre seu eventual caráter autônomo em relação aos demais serviços, situação que, acaso confirmada, possibilitará o pagamento destacado apenas dos serviços aditados.

**29.** Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta e das manifestações técnicas de engenharia, esta Assessoria se manifesta pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido face a **necessidade motivada de ajustes dos projetos de engenharia e do orçamento da obra da nova Sede do TRE-RO**, com registro do ato em termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 027/2017 ([0254602](#)), com fundamento no **art. 65, § 1º da Lei n. 8666/93**, Cláusula décima quinta e na Cláusula décima segunda, Subcláusula Segunda do Contrato originário, havendo, inclusive, disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa ([1040318](#) [1040758](#)), conforme já relatado no item 15 deste parecer.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3.2 - Da retomada da tramitação do pedido de aditivo em razão de alterações nos projetos elétricos - Existência de orçamento no exercício de 2023:**

**30.** Consoante análise dos autos, verifica-se que a presente solicitação de Aditivo Contratual formalizada pela empresa **FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA em janeiro de 2019 já percorreu todos os caminhos processuais necessários para a formalização do feito**, tais como manifestação expressa da empresa contratada acerca do acréscimo (0384717), manifestações com as justificativas para o acréscimo por parte da Comissão de Gestão da Elaboração de Projetos – CGEP e a Comissão de Fiscalização da Elaboração de Projetos - CFEP ([0385684](#), [0388767](#), [0390430](#) e [0391411](#)), encontrando óbice tão somente no Parecer Jurídico ([0444905](#)) em virtude da falta **da disponibilidade orçamentária necessária à época para cobertura do acréscimo contratual.**

**31.** Contudo, agora sanada as exigências relatadas no parecer supracitado e havendo a informação clara e objetiva da existência de dotação orçamentária, conforme evento ([1040318](#)) e programação orçamentária juntada aos autos ([1040758](#)), entende-se que o aditivo a ser celebrado em razão da necessidade de alteração do projeto de elétrica da edificação da nova Sede do TRE-RO possa ser celebrado, pelo mesmo fundamento já apontado na manifestação anterior aqui reprisada: art. 65, I, "b" e seu § 1º da Lei nº 8.666/93 reproduzida nas Cláusula Décima Segunda, item v e Cláusula Décima Quinta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 027/2017.

**32.** Registre-se ainda que, como o aditivo, se autorizado pela Administração, será celebrado em um contrato cujo objeto está em execução e até a presente data não foi recebido integralmente de forma definitiva, os serviços que foram acrescidos passaram a integrar o novo objeto alterado do contrato. Assim, embora o contrato possa ser atualizado com o valor desses serviços - de fato já executados - entende-se que os pagamentos dos serviços acrescidos somente poderão ser autorizados após o recebimento definitivo de todos os projetos, já que neles estão integrados, salvo entendimento divergente da Comissão de Fiscalização.

### **3.3 - Da Minuta do Aditivo Contratual:**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**33.** Destaca-se a **CLÁUSULA PRIMEIRA** da minuta que diz respeito ao registro dos acréscimos ao contrato, perfazendo o **total de 9,561%** (nove inteiros e quinhentos e sessenta e um milésimos por cento) correspondentes ao acréscimo contratual.

**34.** Por fim, verifica-se que a SECONT também inseriu na minuta a cláusula que disciplina a obrigação de apresentação de garantia contratual, exigência com expressa previsão na **CLÁUSULA SÉTIMA** do ajuste originário. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada ao novo prazo de vigência do contrato, **devendo a gestão do contrato observar o seu cumprimento. Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União assim se manifesta:**

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

**35.** Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar a renovação da garantia dimensionada para a cobertura das obrigações, adequada ao novo prazo de vigência, em cumprimento à obrigação imposta pela **CLÁUSULA SÉTIMA** do ajuste, já sistematizada na **CLÁUSULA TERCEIRA** da minuta trazida ao processo pela SECONT.

## **IV – CONCLUSÃO**

**36.** Nesses termos, considerando as manifestações técnicas da CFEP ([1037412](#)) e CGEP ([1039395](#)), esta unidade jurídica **opina:**

**I -** Pela possibilidade jurídica do **acréscimo contratual total pretendido de 9,561%** (nove inteiros e quinhentos e sessenta e um milésimos por cento), com registro do ato em termo aditivo, com **fundamento no art. 65, § 1º da Lei n. 8666/93** e nas Cláusula Décima Segunda, item v e Cláusula Décima Quinta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 027/2017, havendo ainda, comprovação da disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa ([1040318](#) [1040758](#)), conforme item 15 deste parecer.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em relação ao **acréscimo dos serviços decorrentes de ajustes dos projetos de engenharia e do orçamento ao contrato originário**, conforme também observado pela CGEP em sua manifestação ([1039395](#)), registre-se que, como o aditivo, se autorizado pela Administração, será celebrado em um contrato cujo objeto não foi recebido integralmente de forma definitiva, quando do recebimento dos serviços que se pretende acrescentar, deverá a Comissão de Fiscalização manifestar-se sobre seu eventual caráter autônomo em relação aos demais serviços, situação que, acaso confirmada, possibilitará o pagamento destacado apenas dos serviços aditados.

No que se refere à **retomada da tramitação do pedido de aditivo em razão de alterações nos projetos elétricos**, conforme também observado pela CGEP em sua manifestação ([1039395](#)), registre-se que, como o aditivo, se autorizado pela Administração, será celebrado em um contrato cujo objeto está em execução e até a presente data não foi recebido integralmente de forma definitiva, os serviços que foram acrescidos passaram a integrar o novo objeto alterado do contrato. Assim, embora o contrato possa ser atualizado com o valor desses serviços - de fato já executados - entende-se que os pagamentos dos serviços acrescidos somente poderão ser autorizados após o recebimento definitivo de todos os projetos, já que neles estão integrados, salvo entendimento divergente da Comissão de Fiscalização.

**37.** Para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da Minuta de Termo Aditivo n. 15/2023 ao Contrato Administrativo n. 27/2017, juntada ao processo no evento ([1041228](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos pretendidos pela Administração com os atos ali registrados.

**38.** Ressalta-se, por oportuno, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

**Parágrafo único. Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.**

À consideração da unidade superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

**Holanda, Assessor(a) Chefe Substituto(a)**, em 02/08/2023, às 14:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1041630** e o código CRC **F081D29B**.

0002397-77.2017.6.22.8000

1041630v57



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

Processo n. 0002397-77.2017.6.22.8000

Interessado: Tribunal Regional Eleitoral

**Assunto: Acréscimo de Serviços. Projeto de Engenharia em plataforma BIM para a nova sede do TRE-RO.**

**DECISÃO Nº 47 / 2023 - PRES/ASSPRES**

Visto.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de solicitação de acréscimo dos serviços descritos avençados no Contrato n. 27/2017 junto à empresa FOX Engenharia e Consultoria LTDA ([0254602](#)), contratada para a elaboração de Projeto Completo de Engenharia em plataforma BIM para a construção da nova sede deste Tribunal Regional de Rondônia (TRE-RO) e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

A Comissão de Fiscalização (CFEP) informa que, após estudos sobre eventuais falhas no edital ou na especificação do objeto da licitação, que resultou no certame deserto, verificou-se que o parcelamento da obra em lotes se apresenta como mais coerente com a realidade local, com a maior probabilidade de sucesso da licitação, em função de valores menores do lote. Em razão disso, informou que há necessidade de ajustes no projeto, com o cálculo dos custos do parcelamento, relativos a instalação dos canteiros de obras, separação dos orçamentos e cronogramas, entre outros. dessa forma, sugeriu a formalização de aditivo contratual decorrente da divisão do projeto da obra ([1037412](#)).

A empresa contratada apresentou revisão do referido projeto para a divisão do canteiro de obras em seis lotes, da seguinte forma: 1) sede do Tribunal; 2) Fórum Eleitoral; 3) auditório; 4) garagem; 5) depósito; e 6) Terraplanagem, drenagem, pavimentação até a sub base sem revestimento, conforme informações de evento n. [1037743](#).

A Comissão de Projetos (CGEP) manifestou no mesmo sentido da CFEP, registrando, em suma, a necessidade de acréscimo contratual no valor de R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais), em razão de custos decorrentes dos ajustes do projeto da obra, bem como celebração do termo aditivo para alteração do projeto de elétrica, no valor de R\$ 111.384,00 (cento e onze mil trezentos e oitenta e quatro reais), conforme evento n. [1039395](#).

A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (COFC) ajustou a programação orçamentária no valor de R\$ 198.884,00 (cento e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais) ([1040758](#) e [1040714](#)).

A Seção de Contratos (SECONT) apresentou minuta de Termo Aditivo ([1041228](#)).

A assessoria jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (AJSAOFC) opinou pela possibilidade jurídica do acréscimo contratual total pretendido de 9,561% (nove inteiros e quinhentos e sessenta e um milésimos por cento), com registro do ato em termo aditivo, com fundamento no art. 65, §



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1º da Lei n. 8666/93 e nas Cláusula Décima Segunda, item V e Cláusula Décima Quinta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 027/2017 ([1041630](#)).

A Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) manifestou nos termos do parecer jurídico da AJSAOFC, bem como pela renovação da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual ([1042882](#)).

A Diretoria-Geral (DG) manifestou no mesmo sentido da SAOFC ([1045452](#)), ressaltando que:

1. acerca do acréscimo dos serviços decorrentes de ajustes dos projetos de engenharia e do orçamento ao contrato originário, no momento do recebimento dos serviços que se pretende acrescer, deverá a Comissão de Fiscalização manifestar-se sobre seu eventual caráter autônomo em relação aos demais serviços, situação que, acaso confirmada, possibilitará o pagamento destacado apenas dos serviços aditados; e

2. no tocante à retomada da tramitação do pedido de aditivo em razão de alterações nos projetos elétricos, entendo que os pagamentos dos serviços acrescidos somente poderão ser autorizados após o recebimento definitivo de todos os projetos, já que neles estão integrados, salvo entendimento divergente da Comissão de Fiscalização.

É o relatório.

Primeiramente, destaca-se que a contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos).

Assim, as referidas leis regerão o contrato e as respectivas alterações, conforme Portaria SEGES/MGI n. 1.769, de 25 de abril de 2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal.

Passo à análise e deliberação quanto ao acréscimo de serviços do Contrato Administrativo n. 27/2017 ([0254602](#)), pactuado entre este Regional e a empresa FOX Engenharia e Consultoria LTDA.

A Comissão de Projetos afirma a necessidade de ajustes no contrato em razão do seguinte ([1037412](#)):

Esses ajustes e atualizações dos projetos são **fundamentais para viabilizar a contratação das próximas etapas da obra, ampliando a**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**competitividade, atraindo um número maior de empresas interessadas em participar do processo de contratação**, permitindo que empresas que possuem capacidades e especialidades específicas, possam concorrer em cada um dos lotes, aumentando assim a chance de sucesso nas contratações, o que ficou demonstrado a impossibilidades das mesmas quando da licitação em lote único.

**Tal ajuste poderá ter impacto de custo, os quais seriam a instalação, no mínimo de 04 (quatro) canteiros de obra de menor tamanho, somado-se a administração ao longo da execução**, não sendo significativo, entretanto, somente com a revisão de projeto de canteiro e de orçamento poderemos melhor aquilatar tal situação. Registramos que a licitação da execução da terraplenagem, drenagem e pavimentação já demonstrou valor menor do que o estimado, portanto já ficando um saldo futuro para o conjunto da obra.

Considerando os ajustes necessários nos projetos de canteiro de obras, integração de instalações elétricas, lógica, hidrossanitária, de proteção de incêndio, de sistema de segurança, entre outros em relação a cada lote ou edificação, os quais se fazem necessário a demonstração nos cadernos de encargos no que tange a melhor forma de execução de tais obras e serviços, a fim de que ao final as edificações estejam funcionando de forma integrada e sem falhas, sendo que tais aspectos deverão ser abordados na revisão dos projetos, especificações e encargos e por consequência na revisão do orçamento, desta forma a proposta visa contemplar tais situações da execução da obra.

Nesse sentido, **a Comissão de Fiscalização do Projeto (CFEP) realizou uma reunião com a empresa FOX ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA para demonstrar a atual necessidade da Administração a fim de proporcionar a viabilidade das contratações de acordo com a nova concepção de execução planejada pelo TRE-RO**, com as informações a empresa FOX apresentou os custos necessários para os ajustes e atualizações que viabiliziam a contratação conforme a realidade vigente no mercado (...);

Da leitura da manifestação acima transcrita, observa-se que a Comissão de Fiscalização (CFEP) justificou a necessidade da alteração contratual. Informou que se reuniu com a empresa contratada para discutir a sua viabilidade, de acordo com a nova concepção para a execução da obra, e tais argumentos foram chancelados pela Comissão de Projetos (CGEP) para fins de acréscimo contratual ([1039395](#)), bem como pelas demais unidades técnicas deste Tribunal.

O Parecer Jurídico n. 170/2023 ([1041630](#)) ressalta que a prerrogativa de alteração unilateral do contrato, prevista no art. 65, I, "b" e seu § 1º da Lei nº 8.666/93, foi reproduzida na Cláusula Décima Segunda, item V e Cláusula Décima Quinta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 027/2017, em relação à obrigação de a contratada aceitar acréscimos e supressões decididos de forma amigável ou unilateral, observados os limites definidos pela referida Lei. Veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei **poderão ser alterados**, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – São obrigações da CONTRATADA:**

V) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente Carta-Contrato em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total desta contratação, na forma do artigo 65, § 1º e § 2º, da Lei 8.666/93, estando as supressões acima desse percentual condicionadas a acordo entre as partes, conforme § 2º, caput e inciso II, do mesmo diploma legal, observado o que segue:

V.1) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiteradas decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

....

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

(...)

Assim, considerando que acréscimo contratual no percentual de 9,561% (nove inteiros e quinhentos e sessenta e um milésimos por cento) do valor do Contrato administrativo n. 027/2017 ([0254602](#)), dimensionado em R\$ 198.884,00 (cento e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e quatro reais), não ultrapassa o limite de 25% imposto pelo § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, o termo aditivo ora analisado encontra amparo legal e previsão no contrato.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme pontuado pela Diretoria-Geral, o aditivo será celebrado em um contrato cujo objeto não foi recebido integralmente de forma definitiva, devendo a Comissão de Fiscalização manifestar sobre seu eventual caráter autônomo em relação aos demais serviços no momento do recebimento dos serviços a serem acrescidos, situação que, acaso confirmada, poderá possibilitar o pagamento dos serviços aditados de forma separada.

Destaca-se, ainda, a informação de existência de dotação orçamentária, conforme evento ([1040318](#)) e programação orçamentária juntada aos autos ([1040758](#)), para as despesas decorrentes do aditivo.

Quanto à minuta do aditivo contratual ([1041228](#)), o instrumento contempla as informações necessárias e suficientes, tendo sido devidamente aprovada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, sendo necessária a complementação de valor e atualização de vigência da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual, com fundamento no art. 56 da Lei n. 8.666/93 e observadas todas as condições, prazos, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sétima do Contrato originário e no art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

Com estas considerações, acolhendo as manifestações da CFEP ([1037412](#)) e da CGEP ([1039395](#)); o Parecer Jurídico da AJSAOFC ([1041630](#)), a Manifestação da SAOFC ([1042882](#)) e a Manifestação da DG ([1045452](#)), que passam a integrar esta decisão, e, ainda, verificada a utilidade para esta Administração e a informação de disponibilidade orçamentária nestes autos ([1040714](#)):

**1) Autorizo** a alteração do Contrato n. 027/2017 ([0254602](#)) para acrescentar o percentual total de 9,561% (nove inteiros e quinhentos e sessenta e um milésimos por cento) do valor originário, com fundamento no art. 65, § 1º da Lei n. 8666/93 e nas Cláusula Décima Segunda, item V e Cláusula Décima Quinta, Subcláusula Segunda do supracitado contrato, nos seguintes termos:

**1.1) acréscimo contratual no percentual de 4,206%** (quatro inteiros e duzentos e seis milésimos por cento) sobre o valor atualizado do Contrato n. 027/2017 ([0254602](#)), correspondente ao valor de **R\$ 87.500,00** (oitenta e sete mil e quinhentos reais), em virtude de ajustes dos projetos de engenharia e do orçamento da obra da nova Sede do TRE-RO, segundo detalhado na Manifestação n. 2/2023 - CGEP ([1039395](#)); e





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**1.2) acréscimo contratual no percentual de 5,355%** (cinco inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento) sobre o valor atualizado do Contrato n. 027/2017 ([0254602](#)), correspondente ao valor de **R\$ 111.384,00** (cento e onze mil trezentos e oitenta e quatro reais), em razão da necessidade de alteração do projeto de elétrica da edificação da nova Sede do TRE-RO, segundo detalhado na Manifestação n. 2/2023 - CGEP ([1039395](#)).

**2) Determino** a notificação da empresa contratada para complementação do valor e atualização de vigência da garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo contratual, com fundamento no art. 56 da Lei n. 8.666/93 e observadas todas as condições, prazos, percentuais e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sétima do Contrato originário e no art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93;

**3) Determino** que a Comissão de Fiscalização, antes do pagamento da despesa decorrentes dos ajustes dos projetos de engenharia e do orçamento da obra, manifeste-se sobre o acréscimo dos serviços, no momento do recebimento dos serviços, para fins de possibilitar o pagamento destacado dos serviços aditados; e

**4) Determino** que a Comissão de Fiscalização, antes do pagamento da despesa decorrente das alterações nos projetos elétricos, manifeste-se sobre o recebimento definitivo dos projetos, na forma consignada nos itens 31 e 32 do parecer jurídico de evento n. [1041630](#) e item 4 da manifestação da DG ([1045452](#)).

À DG e à SAOFC, para ciência e cumprimento desta decisão.

Porto Velho, 17 de agosto de 2023.

Desembargador KIYOCHI MORI

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 17/08/2023, às 10:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1047260** e o código CRC **AF2519F3**.